

Fernando Mello Duarte

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS PRECEDENTES

Prefácio de José Luiz Ragazzi

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-988-4

JURUÁ
EDITORA

Brasil R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Duarte, Fernando Mello.

D812 Introdução ao estudo dos precedentes./ Fernando
Mello Duarte./ Curitiba: Juruá, 2022.
200p.: il.; 21cm

1. Precedentes judiciais. 2. Direito civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)
CDU 342.1

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	17
2 AS TRADIÇÕES <i>CIVIL LAW</i> E <i>COMMON LAW</i>	21
2.1 O MODELO <i>COMMON LAW</i> “NORMANDO-INGLÊS”	24
2.2 O MODELO <i>CIVIL LAW</i> “ROMANO-GERMÂNICO”	29
2.3 FAZ SENTIDO ATUALMENTE ESTA DIVISÃO?	36
3 PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS NO DIREITO BRASILEIRO	43
3.1 CONCEITUAÇÃO E ESPÉCIES	44
3.1.1 Despachos	45
3.1.2 Decisão Interlocutória.....	45
3.1.3 Sentença.....	47
3.1.4 Pronunciamentos dos Tribunais	47
3.2 JURISPRUDÊNCIA	48
3.2.1 Jurisprudência como Fonte do Direito	49
3.2.2 Elementos do Conceito de Jurisprudência	54
3.2.3 Jurisprudência é Diferente de Jurisprudência Uniformizadora – Vinculante (Daniel Mitidiero).....	56
3.2.4 Pirâmide Escalonada da Jurisprudência de Rodolfo Mancuso	57
3.3 SÚMULA.....	59
3.4 SÚMULA VINCULANTE	63
3.4.1 Hermenêutica Sumular – Vinculante ou Não.....	64

4 PRECEDENTES NO DIREITO ESTRANGEIRO	67
4.1 ORIGEM HISTÓRICA DOS PRECEDENTES NO DIREITO ESTRANGEIRO E NO DIREITO INTERNO	67
4.1.1 Introdução aos Precedentes no Direito Português	68
4.1.1.1 Da superação do costume e descentralização do poder, em fortalecimento da legislação escrita e centralizada	68
4.1.1.2 Surgimento dos precedentes no Direito Português	69
4.1.2 Precedentes no Brasil	72
4.1.2.1 Origem dos assentos de Portugal, evolução e atual regramento	72
4.1.2.2 O problema do Brasil como “Corte Constitucional” dependente do Poder Judiciário e a questão do papel do doutrinador no Direito Nacional – pensamento de Nelson Nery Junior	75
4.1.3 Os Precedentes no Direito Alemão	77
4.1.4 Os Precedentes no Direito Italiano	78
4.1.5 Os Precedentes no Direito Espanhol	78
5 PRECEDENTES	81
5.1 INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS EXISTENTES	81
5.1.1 O Que há de Novo em Estudar os Precedentes, Diante das Súmulas e Jurisprudência?.....	82
5.1.2 Teorias Sobre os Precedentes: uma Análise Preliminar Sobre a Vinculação do Rol do Art. 927 e as Posições Adotadas.....	82
5.1.3 Cortes Superiores e Cortes Supremas Segundo os Precedentes de Daniel Mitidiero	86
5.1.3.1 Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça como Cortes Supremas – Corte Proativa	90
5.1.3.2 Desistência do recurso deve ser visto à luz desta nova visão	91
5.1.3.3 Criação de um novo capítulo específico na decisão para tratar do precedente de maneira “autônoma”	91
5.1.3.4 Responsabilidade horizontal pela força do precedente e hierarquização vertical.....	92

5.1.3.5	Mecanismos para superação e volatilidade dos precedentes.....	92
5.1.3.6	Observância e desobediência ao precedente como falta grave	92
5.1.3.7	<i>Dissenting opinion</i> ou <i>dissent</i>	93
5.1.3.8	Respeito aos precedentes como uma mudança cultural (não necessariamente legislativa)	93
5.1.3.9	Precedentes e o Código de Processo Civil – CPC	93
5.1.4	Os Precedentes Segundo Luiz Guilherme Marinoni	94
5.1.5	Os Precedentes Judiciais Segundo Alexandre Freitas Câmara.....	97
5.1.6	Os Precedentes Judiciais Segundo Aurélio Viana e Dierle Nunes.....	100
5.1.7	Precedentes Segundo Ronaldo Cramer.....	102
5.1.8	Precedentes Judiciais Segundo Lenio Streck e Georges Abboud.....	104
5.1.9	Precedente Judicial e Súmulas Vinculantes – Lenio Luiz Streck e Georges Abboud	109
5.1.10	Precedentes Judiciais na Contemporaneidade por André Murilo Parente Nogueira.....	110
5.2	<i>STARE DECISIS DA COMMON LAW</i>	116
5.3	<i>RATIO DECIDENDI E OBTER DICTUM</i>	120
5.3.1	<i>Ratio Decidendi</i> (Direito Inglês) ou <i> Holding</i> (Direito Norte-Americano)	120
5.3.2	<i>Obter Dictum</i>	124
5.4	<i>DISTINGUISHING</i> OU DISTINÇÃO	126
5.4.1	Distinções Ampliativas e Distinções Restritivas por Lucas Buril de Macêdo	128
5.4.2	Técnicas de Luiz Guilherme Marinoni	129
5.5	<i>OVERRULING</i> OU SUPERAÇÃO	129
6	PRECEDENTES NO CPC DE 2015: A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DO RESPEITO ÀS DECISÕES JUDICIAIS	135
6.1	INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. UM CÓDIGO QUE INSTITUIU UM NOVO MODO DE AGIR DOS SUJEITOS PROCESSUAIS À LUZ DOS PRECEDENTES	135

6.2	UM SISTEMA DE PRECEDENTES É INERENTE AO SISTEMA JURÍDICO	135
6.3	REGRAMENTO LEGAL DOS PRECEDENTES NO CPC DE 2015 – ARTIGOS 926, 927 E 928 E, DE FORMA REFLEXA, ARTIGO 489, § 1º, IV E VI	137
6.3.1	Decisões do Supremo Tribunal Federal em Controle Concentrado de Constitucionalidade	141
6.3.2	Enunciados de Súmula Vinculante	142
6.3.3	Acórdãos em Incidente de Assunção de Competência (IAC)	143
6.3.4	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	143
6.3.5	Acórdãos no Julgamento de Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos	144
6.3.6	Enunciados das Súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF) em Matéria Constitucional e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Matéria Infraconstitucional	146
6.3.7	Orientação do Plenário ou do Órgão Especial aos Quais Estiverem Vinculados	147
6.3.8	Rol do Artigo 927 do CPC e Recorribilidade por Daniel Amorim Assumpção Neves	148
7	OPERACIONALIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	149
7.1	UMA TEORIA DOS PRECEDENTES DEVE ANTES DE TUDO SER VIÁVEL NO PLANO DOS FATOS	150
7.2	UMA TEORIA DOS PRECEDENTES PASSA POR UMA MUDANÇA DE MENTALIDADE DO ENSINO JURÍDICO E DOS OPERADORES DO DIREITO	150
7.3	OS PRECEDENTES NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E UM BREVE PANORAMA DA OAB NESSE CENÁRIO	152
7.3.1	Os Precedentes no Supremo Tribunal Federal. Operacionalização e Navegação no Site	153
7.3.2	Operacionalidades, Navegação no Site e Modo de Pesquisa Junto ao Site do STJ	156
7.3.3	Um Breve Panorama Sobre a OAB e as Ferramentas Tecnológicas à Luz do Sistema de Precedentes	160

7.4	GANHOS DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES ANALISADOS À LUZ DA NOSSA REALIDADE E AS POSSÍVEIS DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DIANTE DA QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES ...	162
7.5	ESTUDO DE CASO PRÁTICO SOBRE O POSSÍVEL GANHO DE UM SISTEMA DE PRECEDENTES	164
CONCLUSÃO		173
REFERÊNCIAS		179
ÍNDICE REMISSIVO		185